

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GIOVANA LIMA DE ARAÚJO
JOYCE RAFAELA RAMOS DOS SANTOS
PATRÍCIA MONTEIRO DE LUCENA RIBEIRO

INCLUSÃO ESCOLAR:
Contribuições para o desenvolvimento da Pessoa
com Deficiência

RECIFE/2021

GIOVANA LIMA DE ARAÚJO
JOYCE RAFAELA RAMOS DOS SANTOS
PATRÍCIA MONTEIRO DE LUCENA RIBEIRO

**INCLUSÃO ESCOLAR:
Contribuições para o desenvolvimento da Pessoa
com Deficiência**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Professor Orientador: Prof. Me. Neferson Barbosa da Silva Ramos.

Professor Coorientador: Prof. Esp. Hugo Christian de Oliveira Felix

A663i

Araújo, Giovana Lima de

Inclusão Escolar: contribuições para o desenvolvimento da pessoa com deficiência. / Giovana Lima de Araújo ; Joyce Rafaela Ramos dos Santos ; Patrícia Monteiro de Lucena Ribeiro. - Recife: O Autor, 2021.

28 p.

Orientador (a): Esp. Hugo Christian de Oliveira Felix

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Licenciatura em Pedagogia, 2021.

1. Dificuldades. 2. Necessidade Especiais. 3. Deficiência. I. Centro Universitário Brasileiro. - UNIBRA. II. Título.

CDU: 37

GIOVANA LIMA DE ARAÚJO
JOYCE RAFAELA RAMOS DOS SANTOS
PATRÍCIA MONTEIRO DE LUCENA RIBEIRO

Artigo aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Nome do Professor(a) Orientador(a)
Professor Orientador

Professor(a) Examinador(a)

Professor(a) Examinador(a)

Recife, 01 de julho de 2021.

NOTA: _____

Dedicamos esse trabalho a nossos pais, familiares e amigos por de alguma forma contribuir para que fosse possível a nossa conclusão de curso, e por sempre incentivarem para que em momento algum houvesse desistência.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Deus, por nossas vidas, e por nos ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

À nossos orientadores Hugo Félix e Neferson Babosa, pelas correções e ensinamentos que permitiram apresentar um melhor desempenho no nosso processo de formação profissional.

Aos nossos pais, familiares e amigos por todo cuidado e apoio no decorrer desses quatro anos de graduação.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. Delineamento Metodológico	12
3. Referencial teórico	14
3.1 Inclusão: Definições e aprofundamentos	14
3.2 Inclusão Escolar	14
3.3 As fases da Inclusão: do processo exclusivo ao inclusivo	15
3.4 O percurso histórico das pessoas com deficiência ao longo da história	16
3.5 Educação Especial e Educação Inclusão: distinções e potencialidades	18
3.6 Atendimento especializado a pessoa com deficiência na escola	19
3.7 Políticas educacionais e legislações de ensino para a educação	20
4.Resultados e discussão	22
5.Considerações finais	23
6.Referências	24

INCLUSÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Giovana Lima de Araújo
Joyce Rafaela Ramos dos Santos
Patricia Monteiro de Lucena Ribeiro
Prof. Me. Neferson Barbosa da Silva Ramos¹
Esp. Hugo C. de O. Felix²

Resumo: A história da inclusão surgiu de movimentos internacionais em prol dos direitos humanos visando a igualdade social, visto que há diversos conflitos mediante uma sociedade preconceituosa e individualista que não aceita o sujeito com algum tipo de deficiência em convívio social. Assim, a inclusão de pessoas com necessidades especiais em instituições educacionais de ensino regular é proveniente devido as mudanças de paradigmas nas políticas públicas. Nessa trajetória da inclusão foram criadas leis que garantem o direito ao sujeito com necessidades especiais de estudar em escolas públicas em ensino regular, umas das quais assegura o direito de ir e vim, sem escolha de cor, religião e classe social. Diante desse contexto educacional sobre a inclusão em ensino regular, não podemos deixar de falar das dificuldades enfrentadas pelos alunos com necessidades especiais no âmbito educacional. Por conseguinte, foi realizada pesquisa bibliográfica para analisar quais melhorias podem ser feitas para melhor adequação dos ambientes aos alunos com deficiência e como essas barreiras podem ser diminuídas através de salas com amplos espaços, rampas com corrimões, banheiros adaptados com barras para cadeirantes, salas de recursos com profissionais preparados para atendimento em Necessidades Educativas Especiais, visto ser desafios enfrentados pelos alunos no seu dia a dia educacional. Finalmente, a partir dessa pesquisa, tem o objetivo de contribuir para ampliar o debate sobre um tema tão relevante, visto que a inclusão dos estudantes com deficiência possui diversos desafios a serem superados.

Palavras-chave: Inclusão. Dificuldades. Necessidade Especiais. Deficiência.

¹ Docente da UNIBRA. Titulação. E-mail: neferson.barbosa@grupounibra.com

² Docente da UNIBRA. Esp. em Gestão Educacional. E-mail: hugo.christian@grupounibra.com

1 INTRODUÇÃO

A história da inclusão no final do século XX é marcada por conflitos e transformações no contexto da educação especial. Antes dessas modificações, as pessoas com algum tipo de deficiência eram banidas até mesmo do convívio social. Com a implantação da lei brasileira de inclusão em 2015, foi regulamentada e conhecida como Estatuto de Pessoas com deficiência, que assegura o direito a educação em escolas regulares.

Sabemos que ao falar em alunos deficientes, toda atenção deve ser redobrada, é necessário que a escola se comprometa em oferecer condições de ensino de qualidade a esses discentes com deficiência. Portanto, uma escola inclusiva deve ofertar condições favoráveis garantir a permanência e a qualificação de professores adaptados para lidar com alunos deficientes.

A legislação brasileira através da Lei nº 9.394/1996, por sua vez, busca garantir que as crianças que apresentam algum tipo de deficiência possam socializar, desenvolver suas capacidades pessoais e aprimorar sua inteligência emocional por meio da inclusão escolar.

Em detrimento dessa necessidade de preparo da escola e dos docentes para o trabalho com a inclusão o que podemos observar é que apesar de estar regulamentado em lei pode-se dizer que a escola e os professores muitas vezes não se sentem preparados para lidar com os desafios encontrados no dia-a-dia na sala de aula no que toca ao trabalho com as crianças com deficiência, entretanto, segundo Forest e Pearpoint (1997, p. 138 *apud* SALDANHA, 2003, p. 8), o enfoque é outro:

Inclusão não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, nossa diversidade e diferenças com respeito e gratidão. Quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo. Inclusão é um antídoto para o racismo e o sexismo, pois acolhe estas diferenças e as celebra como capacidades mais do que como deficiências. Inclusão é uma farsa quando se refere apenas a 'brancos, brilhantes e classe média'. Inclusão significa todos-juntos-dando apoio e suporte uns aos outros.

É de suma importância ter a consciência de incluir todos os alunos com deficiência na sala de aula e no espaço físico, juntamente com os demais alunos; tendo consciência de que incluir não é apenas colocá-los juntos no espaço físico e

sim permitir que suas diferenças sejam acolhidas.

A inclusão social é um desafio que deve ser construído buscando uma aprendizagem entre todos os alunos sem levar em consideração a diferença existente entre eles. Então, pensar uma escola democrática é pensar uma ordem social que possa possibilitar isso.

A escola que nós queremos construir para nossa sociedade é aquela que se faz presente a uniformidade, onde a inclusão seja um componente indispensável, formando assim um universo diversificado, pois, conforme Sasaki (1997, p. 41 *apud* FERREIRA et. al., 2015, p. 6147) a inclusão social é “um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”.

Todos podem ser beneficiados pela educação inclusiva, seja estudante com ou sem deficiência, pois, estando juntos no cotidiano vai ensinando a todas as pessoas o respeito às diferenças e aceitar as limitações.

Essa pesquisa será relevante para informação, pois muitos pais, professores e até mesmo os próprios alunos, não sabem como se portar diante de alunos com deficiência. Acontecem muitos pré-julgamentos e ainda sim, com tantos estudos e informações passadas há a exclusão.

Diante disso será importante para alertar a sociedade e as instituições de ensino, o impacto que causa no deficiente o modo como ele é tratado. Não envolve só aquele momento na sala de aula e no espaço físico da escola, está lidando com o cognitivo também.

O espaço físico dessas instituições deve ser bem estruturado para receber esses alunos. As instituições devem estar preparadas com rampas, corrimões, salas de aulas equipadas. Se um deficiente todos os dias passar por problemas para chegar a sua sala de aula, ou até mesmo para o momento de recreação. Aquilo irá desmotivá-lo e querer fazer com que ele desista, pois irá se sentir como se estivesse atrapalhando.

Sendo assim, esta pesquisa é guiada pelo questionamento: Como o trabalho com a inclusão nas escolas pode favorecer o processo de aprendizagem das pessoas com deficiências?

Haverá o favorecimento no processo de aprendizagem quando os discentes com deficiência forem tratados como os demais alunos na sala de aula, e os professores disponibilizarem materiais adequados, para que assim obtenham resultados positivos na aprendizagem. E também, a instituição ter a sensibilidade de oferecer um espaço físico que atenda às suas necessidades.

Logo, o objetivo geral é perceber a importância da inclusão para o processo de aprendizagem dos sujeitos com deficiência; seguido pelos objetivos específicos: compreender quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos sujeitos com deficiências; perceber como a escola conduz o processo de aprendizagem dos sujeitos com deficiência; e identificar os principais recursos pedagógicos de apoio utilizados na educação inclusiva.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O presente projeto foi realizado mediante a pesquisa bibliográfica que é um procedimento bastante utilizado nos trabalhos acadêmicos, pelo carácter exploratório-descritivo, afirmando a importância de definição e de exposição com clareza métodos e procedimentos metodológicos que por sua vez, envolverão a sua execução, detalhando as fontes, de modo a apresentar lentes que guiaram o processo de investigação e de análise da proposta. De acordo com o autor:

Portanto, realizar uma pesquisa entendendo a realidade social, dinâmica, contraditória, histórica e ontológica implica na utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação. Casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. A sua indicação para esses estudos relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto ser dada a partir de fontes bibliográficas. Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

Podemos afirmar que a pesquisa bibliográfica como um processo metodológico bem importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, em especial temas que são pouco explorados, a suposição de hipóteses ou interpretações que irá servir de ponto de partida para outras pesquisas.

Antes mesmo de delimitar o objeto que será estudado deve-se ler sobre o assunto. A pesquisa bibliográfica irá ajuda-lo nisso, a investigar e ficar por dentro do material seja ele eletrônico ou escrito a qual o aluno esteja interessado, visto que conforme Gil (2008, p. 50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituindo principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa.

A pesquisa que será utilizada neste projeto é qualitativa foi realizada através de uma revisão temática sobre a história da inclusão em ensino regular. Baseando-

se em conceitos e leis que regulamentou o direito a todo sujeito com necessidades especiais de estudar em escolas públicas.

Como critério de inclusão nós teremos: sites e artigos entre 5 a 10 anos de publicação, atualizados, escritos em língua portuguesa sem falha metodológica, e com fácil interpretação.

Como critério de exclusão nós teremos língua: artigos escritos em inglês e espanhol, com falha no seu delineamento metodológico, artigos muito antigos, sites que não sejam confiáveis.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Inclusão: Definições e aprofundamentos

O aspecto de inclusão das pessoas com deficiência é algo bem recente, na sua historicidade, a discriminação da escola e da sociedade é limitada a escolarização de um determinado grupo, e os que não fizessem parte deste grupo eram excluídos dessa sociedade.

No início o acesso as escolas tinha uma intenção de integrar e não de incluir, essa modificação de forma lenta e com poucos significados, tem um visão futura de melhoras na educação para que se torne inclusiva. (BRASIL, 2007, *apud* AMARAL; BARBOSA *et al*, 2014)

Conforme o autor Brasil (2007, *apud* Amaral; Barbosa, 2014):

A educação inclusiva é a confirmação de direitos humanos. Pois, a educação inclusiva “é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”.

Com o surgimento da Declaração Mundial de Educação para todos (1990) os direitos humanos das pessoas com deficiência foram respeitados, e também foi possível observar que nas três décadas ouve um crescimento no mercado voltado para a produção de serviços destinados as pessoas com deficiência, com o intuito de atender as suas necessidades. E então, puderam passar a consumidores ativos mais do que produtores do mercado globalizado (AMARAL;BARBOSA *et al*, 2014).

3.2 Inclusão Escolar

É perceptível que os professores e pedagogos quando recebem os laudos dos alunos com deficiência, não possui o devido conhecimento das leis que vem a garantir o acesso e a permanência desses alunos no ensino regular. E por ventura a maioria deles desconhecem a trajetória histórica da Educação Especial. Conhecer a história e as leis que acolhe os alunos com necessidades especiais não é o suficiente para que de fato a inclusão seja efetiva. Contudo, uma vez que se conhecem os direitos desses alunos, pode haver reflexão, percebendo as suas necessidades e, assim, respeitariam e aplicariam no cotidiano escolar. (CASAGRANDE, CORCINI,

2016). Segundo o autor:

retrata o modo como a educação do deficiente se constituiu no Brasil, destacando a participação da sociedade civil e o estabelecimento inicial da política inclusiva. Na época do Brasil Colônia, os deficientes não tinham nenhum tipo de atenção do poder público, viviam à margem da sociedade que somente poucos foi direcionando a atenção para a situação de total desprezo na qual essas pessoas viviam. A filantropia foi instituída antes que houvesse uma manifestação do poder público da época, vindo a acontecer no final do século XIX com a criação das primeiras instituições governamentais para a educação de pessoas surdas e cegas. (CASAGRANDE, CORCINI, 2016 *apud* JANUZZI 2006).

3.3 As fases da Inclusão: do processo exclusivo ao inclusivo

Por bastante tempo, os indivíduos com deficiências, rotulados e vistos como incapazes, nunca tiveram seus direitos atendidos pela sociedade e pela escola. Estando sempre na posição de receber caridade da população e das assistências sociais e nunca sendo vistos como sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o Direito à educação (RODRIGUES; LIMA, 2017). Ressalta o autor:

Algumas passagens encontradas na literatura da época e na bíblia permitem analisar a sua natureza e procedimentos. Havia dois agrupamentos sociais: a nobreza (senhores que detinham o poder social, político e econômico,) e o populacho (considerados sub-humanos, dependentes economicamente e propriedade dos nobres). Nesse período, o “valor” de um homem estava vinculado de acordo com os preceitos da nobreza, tal valor era baseado nas características pessoais ou na “utilidade” que o indivíduo poderia oferecer, dessa forma, a “pessoa diferente”, era praticamente exterminada por meio do abandono (RODRIGUES; LIMA, 2017 *apud* ARANHA, 2005).

Na sociedade Egípcia, a questão da deficiência era mais branda, onde eles tinham oportunidades de trabalho. Como por exemplo, os que tinham nanismo, que trabalhavam nas construções dos Faraós.

Os gregos por sua vez, valorizavam o corpo saudável e o exercício físico. Para eles era essencial manter a boa forma. Era obrigação dos residentes da comunidade ter uma saúde física perfeita, não se aceitavam qualquer deficiência, com isso deveriam ser eliminados. (CORRENT, 2015). Conforme o autor:

A sociedade romana considerava inútil a existência de deficientes e pior considera-os descartáveis, defendendo a ideologia de sacrificar, ou deixar a mercê da sorte, porque muitas vezes deixavam essas crianças em lugares de extremo perigo, como lugares em que viviam animais selvagens, famintos, com isso, acabavam por devorar essas crianças, outros as colocavam em rios ou em lugares considerados sagrados e as abandonavam. (CORRENT, 2015)

Na antiguidade as movimentações de ajuda aos deficientes, estavam ligadas a religião. As pessoas com deficiência não podiam ser abandonadas, nem exterminadas, mas passavam a depender de caridade.

A partir do sec. XII, passaram a surgir divergências entre a Igreja Católica e a reforma Protestante, em relação aos discursos e atitudes que eram distintos. Com isso o poder da igreja começou a ficar ameaçado.

Na antiguidade os deficientes eram esquecidos e praticamente “não existiam”, no período medieval eram considerados demônios. Após o período de influência da igreja, surge a Revolução Burguesa, a deficiência passa a ser considerada causas naturais, onde passou a ser cuidada com magia, astrologia e alquimia.

Já no séc. XVII, com o avanço da tecnologia, a Tese da Oganicidade favoreceu no entendimento da deficiência como uma causa natural. Com isso a mesma ajudou no tratamento da deficiência, juntamente com a Tese do desenvolvimento por meio da estimulação, lentamente para as ações de ensino. (RODRIGUES; LIMA,2017).

Em 1998, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela assembleia Geral das Nações Unidas, que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direito e devem agir uns aos outros com espírito de fraternidade. (RODRIGUES; LIMA, 2017). Segundo o autor:

Defende a ideia de que a educação inclusiva é acima de tudo uma questão de direitos humanos, acreditando que não se pode segregar nenhuma pessoa em razão da sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, gênero ou se a pessoa pertencer a uma minoria étnica, o que iria contra os direitos humanos. A autora exemplifica que a educação inclusiva é uma atitude, representa valores e crenças, não sendo apenas uma ação, e sim, um conjunto de ações. (RODRIGUES; LIMA,2017 *apud* SÁNCHEZ,2005).

Com base em tudo que foi escrito a cima, é importante não só nos dias atuais como nos anos seguintes, os deficientes ter a atenção devida, para assim evitar a regressão.

3.4 O percurso histórico das pessoas com deficiência ao longo da história: da exclusão à inclusão

O Percurso de pessoas com deficiência vem de um processo de exclusão que surgiu durante a Idade Antiga, até a Idade Média com foco central de excluir pessoas com algum tipo de deficiência do convívio social. Além de serem expulsos, discriminados e banidos da sociedade. Vista que exclusão perpetuou por muito tempo da antiguidade a Idade Média. Com chegada do período renascentista vieram as grandes descobertas na medicina, que trouxe um conhecimento filosófico humanista, onde os médicos passaram a tratar as pessoas com deficiência a igualdade. Porém todos nascem iguais, mas são corrompidos pela sociedade.

Diante da linha de pensamento houve um estudo científico para entender melhor a mente humana, nesse contexto surgiram as Universidades Europeias. Assim diz Janizzi (2004) A intenção dos médicos pela educação especial, por interesse em achar panorama didático para situação de imperfeição.

No século XVII, os deficientes, principalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais. Esses internatos acolhiam distintas, alguns deficientes, outros doentes (AMARAL, 2001, p.32).

Nesse contexto, qualquer pessoa que não atendesse aos padrões de comportamento e desenvolvimento e eram deixados de fora da sociedade. E ficou conhecido também como período de exclusão.

Segundo Amaral, (2001), no final do século XVIII e começo do século XX, revelou-se etapa e nela surgiram escolas especializadas no atendimento para pessoas com deficiências. Acredita-se então ter criado nessa fase a educação especial. Através dessas instituições de ensino, vieram preocupação e a responsabilização atender crianças com deficiência respeitando as diferenças e limitações que cada um necessita. São particularidades atribuídas as pessoas que expressão suas necessidades especiais em atendimento específico.

No século XX, Predominava a ideia de que as crianças consideradas anormais deveriam ser segregadas das demais por três motivos básicos o fato delas não aprenderem como os normais. Para não mostrarem as condutas desregradas. Isto se iniciou na metade do século XX, de maneira que se prolongou a educação, deficientes os tímidos e indisciplinados, preguiçosos, desatentos e os deficientes, que eram considerados a normais, eram percebidos pelos professores responsáveis que

frequentavam instituições mais preocupadas com ensino de atividades manuais do que com as escolares (MATTOS, 2004). Observando que as crianças eram submetidas a andar com as mãos para trás, tinham corpos doces e obedientes.

Ainda no século XX se propagou a história da inclusão, com uma visão Educacional, que engloba os aspectos sociais e políticas, para que prevaleça o direito da participação de todos os indivíduos na sociedade a quem fazem parte.

O grande diferencial que marcou o século XX foi o direcionamento pedagógico em dar assistência educacional para crianças com deficiência que corresponde a todos os aspectos. Entende-se que com o surgimento das instituições de ensino a educação especial ganha espaço para acolher pessoas com deficiência e incluir no âmbito educacional. Proporcionando um ensino de qualidade.

3.5 Educação Especial e Educação Inclusão: distinções e potencialidades

Na construção da educação especial, percorrer discursos favoráveis as ideias da modernização que são considerados primordiais na educação especial, juntamente com as potencialidades inatas que estabelece pensamentos, existente na nossa história passada e consiste na organização da sociedade atual. Segundo, Mantoan (2003), a educação deve ser pensada diante da ideia de formação integral do aluno, de acordo com suas capacidades e talentos, um ensino participativo, acolhedor e solidário.

Diante dessa contextualização na educação fundamenta-se a capacidade do ser humano, que é limitada quanto a qualquer tentativa de previsão nesse sentido, é impossível antecipar e indicar com precisão as possibilidades de cada um.

Para que de fato efetive a inclusão é necessário superar muitos desafios é preciso que aja uma reformulação do currículo escolar, capacitação de professores, para que esses possam saber lidar de forma, mais adequada com esses indivíduos, passando a contribuir de forma positiva e significativa em seu processo de ensino. Neste conceito, se percebe que a capacitação de profissionais é necessária para o atendimento desses alunos, é uma etapa que favorece a inclusão na prática. A inclusão é um longo caminho a ser traçado respeitando as diferenças e vencendo obstáculos.

A educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica que visa

resgatar valores. A educação inclusiva resulta de uma mudança de paradigmas do ensino tradicional, e passa desenvolver novas políticas e auxilia na reformulação da educação. Portanto é necessária uma transformação no sistema educacional, que recebe criança vinda de um padrão de normalidade conhecida historicamente. Conforme Nascimento (2014), é preocupante o fato de muitas instituições até então não garante uma educação de qualidade e ter um aprendizado que é mais supressor do que inclusiva.

Ainda sim, a Educação inclusiva é vista como modelo educacional, direcionado aos estudantes com necessidades especiais, a serem inseridos em salas de aulas regulares com condições e instruções favoráveis, obtendo resposta significativa.

Dentro da Perspectiva da Educação especial, é definida como:

[...]. Um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas atípicas ou altas habilidades, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamentando-se em referencias teóricas práticos, compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. (BRASIL, 1994, p.17).

Conforme Inácio (2011), a Educação especial é direcionada exatamente para alunos necessidades especial, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, em âmbito especializado e propício a esse tipo de estudante. Sabendo que proporcionar um atendimento especializado para alunos com necessidades especiais, consiste na forma de direcionar os alunos a desenvolver suas potencialidades e habilidades.

3.6 Atendimento especializado a pessoa com deficiência na escola

Sendo a escola um ambiente de inclusão e convivência do ser é importante que esse espaço possa formar cidadãos baseados no respeito ao próximo e na aceitação (RODRIGUES; LIMA, 2017 *apud* BRASIL,2013).

Na história da educação especial foram propostos dois tipos de atendimento, que variam entre: Especializado e Educacional especializado.

A política da educação especial na perspectiva de educação inclusiva, instiga a

identificar os alunos que podem ser considerados especiais pela necessidade de oferecer atendimentos nas salas de recursos.

A história da educação especial no Brasil se deu em dois espaços: As classes especiais e as instituições especializadas, caracterizados pelo poder público e privado. Enquanto o poder público originou as classes especiais, o privado fundou as instituições.

Durante o sec. XX, a educação especial foi aos poucos se constituindo na educação brasileira, entre salas e instituições especiais.

Na década de 70, por várias críticas relacionadas a segregação, desigualdades entre outras, resultado no fechamento. O mesmo aconteceu com as instituições especiais.

3.7 Políticas educacionais e legislações de ensino para a educação especial e inclusiva

A perspectiva da Inclusão a escola especial refere-se:

A política de inclusão nos remete ao atendimento de que à escola de educação especial cabe um número restrito de educandos quando dela necessita cada um na sua especificidade, a escola comum, ainda não demonstra ser ideal para atender suas necessidades especiais. (PARANÁ, 2009)

O autor citado acima, justificando o atendimento das escolas especiais e ao número reservado para alunos em situações de comprometimento, em função de necessidades de comunicação é necessário uma atenção individualista e adaptações significativas aos que precisam de atendimento em salas de apoio especiais.

A educação especial é definida como uma modalidade, que passa por todos os níveis, etapas de modalidade, oferecendo atendimento especializado, sendo assim, Mazzota (1996) caracteriza Educação Especial como:

[...] Um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, orientar e dar suporte, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades

educacionais diferentes da maioria das crianças e jovens (MAZZOTA,1996).

O mesmo autor salienta que todo educando tem direito á recursos e serviços educacionais especiais, que possa oferecer atendimento utilizando os serviços comuns e garanta educação formal. Aos educandos com necessidades especiais com objetivo desenvolver suas habilidades e potencialidades. Nessa percepção trabalhar a inclusão é respeitar as diferenças sem preconceitos, sendo necessário rever conceito no modelo educacional.

Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional nº9394/96 em seu capítulo v art. 58, define Educação Especial como:

A modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com necessidades especiais. Sendo necessários, serviços de apoio especializado, na escola regular para atender as peculiaridades dos educandos de educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, quando não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Em 1999, o decreto nº 3.298, que regulamenta a lei nº 7.853 /89 ao dispor sobre a política Nacional para integração da pessoa portadora de Deficiência, define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidade de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Acompanhando o processo de mudanças, Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, resolução CNE/CEB nº2/2001, no artigo 2º determinam que:

As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar a escolarização, porém, ao admitir a Possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino prevista no seu artigo 2º

Baseado na resolução, o sistema deve matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar para atendimento aos educandos com necessidade educacionais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Sabemos que é direito das pessoas com Necessidades Especiais estudar em

escola de ensino regular, assegurado pelas implementações das leis que garante a permanência dos alunos nas instituições educacionais.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “ O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação, aponta um déficit referente á oferta de matrículas para estudantes com deficiência nas classes comum de ensino regular, a formação docente á acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dessa pesquisa, obteve-se a contribuição para ampliar o debate sobre um tema que é bastante comentado nos dias de hoje, a inclusão. Sabe-se que incorporar os alunos com deficiência na sala de aula não é uma tarefa fácil, pois ainda existe o preconceito, seja por outros alunos ou até mesmo professores.

Não menos importante, este trabalho apresenta uma realização pessoal de suas autoras e, ainda deixa disponível o referente estudo para futuras pesquisas nas bibliotecas das faculdades.

Desta forma, primeiramente, é possível evidenciar através dos estudos (SASSAKI, 2009) a importância da inclusão no processo de aprendizagem dos alunos portadores de deficiência, para então perceber e elencar suas principais dificuldades. Visto que, sem saber quais os obstáculos que eles encontram pelo caminho não é possível buscar alternativas para solucioná-los.

É importante salientar que a pesquisa foi realizada com o intuito de compreender a inclusão e seus aspectos, direcionada a educação especial, e os desafios a serem enfrentadas pelos alunos com necessidades especiais. Visando um melhor conhecimento, foram feitos alguns estudos baseados fundamentos teóricos. Que discorre sobre a igualdade e oportunidades, para atendimentos educacionais. (MAZOTTA, 1996)

Através dessa concepção: “A educação especial está [...] direcionada na necessidade de oferecer a igualdade de oportunidades, diante das variedades de atendimento educacionais, de maneira que atendida as diferenças individuais dos

educandos, por mais acentuadas que elas sejam”. (MAZZOTA, 1982, p. 10).

Mediante a afirmação acima, se faz necessário analisar os direitos de todos os indivíduos que fazem parte da sociedade brasileira, e através dessa análise, verificar que, embora o conceito da igualdade seja constitucional, é possível entender a importância da educação especial em todos seus aspectos.

Ademais, para auxiliar no desenvolvimento de estudo dos sujeitos com deficiência é preciso compreender como a escola tem conduzido esse processo e quais principais recursos de apoio pedagógicos são utilizados para verificar os que são verdadeiramente efetivos, assim como, os caminhos trilhados para uma efetiva inclusão desses indivíduos no espaço escolar, cujo ambiente adapta-se para minimizar as diferenças em vez de marginalizá-los.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisando sobre a inclusão foi possível perceber que a mesma é, antes de tudo, uma questão de direitos e também alvo de grandes desafios. A inclusão como termo educativo, tem mais sentido se for numa perspectiva de educação inclusiva. Isso significa que a escola além de proporcionar o espaço comum, tem de proporcionar, também oportunidades para que façam aprendizagens significativas. Porém, só se tornará possível quando entendermos que a diferença não é necessariamente impeditiva de aprendizagem e que todos os indivíduos se desenvolvem através da mesma sequência de estádios, independente das dificuldades que apresentem.

A inclusão é muito mais do que partilhar do mesmo espaço físico. No entanto, mesmo sendo aceita facilmente que a escola é um lugar que proporciona interação de aprendizagens a todos os alunos, não é fácil gerir, pois particularmente alguns tem problemas complexos, quando os recursos não são suficientes e quando a própria sociedade está longe de ser inclusiva. O professor tem que ter sabedoria para gerir de forma correta essas situações de interação, para que nenhum aluno com deficiência se sinta incapaz ou fora de alcance do aprendizado.

Conclui-se que é preciso que a sociedade tenha a compreensão de que os alunos com deficiência passam por alguns problemas preconceito, discriminação, críticas e entre tantos outros. E que essas questões são vivenciadas tanto no âmbito familiar como na comunidade em que vivem. Portanto tanto a família como as

peças que estão ao seu redor devem fazer o possível para essas peças se sintam incluídas tanto no âmbito escolar como na sociedade em si.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M.B *et al.* Breve histórico da educação inclusiva e algumas políticas de inclusão: um olhar para as escolas em Juiz de Fora. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Minas Gerais, n.16, p. 1-24, 2014. Disponível em: < <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDk5.pdf>> Acesso em: 30 de mar. 2021.

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/ Deficiência**. Brasília: Coordenadora Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

ALAMINOS, Cláudia. **Fundamentos da educação especial**: aspectos históricos legais e filosóficos. Indaial: UNIASSELVI, 2018. 161p.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política. Nacional de Educação Especial**. Brasília: SEESP.1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº7.853, de 24 de outubro de 1989.

CORCINI, M.A.C, CASAGRANDE, R.C. Educação especial e sua trajetória histórico-política: Uma abordagem por meio de grupos de discussão.**Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**.Paraná, v. 1, p. 2-19, 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uepg_marliaparecidacasprovcorcini.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021

GRACIA, Lúcia Ferreira; GRACIA, Lucimar Ferreira; GRACIA, Márcia Ferreira. A inclusão social e escolar: enfoque nas escolas públicas de educação infantil de Itapetinga-BA. In: **EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação**, PUCPR, 26 a 29/10/2015. Disponível em: << https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22562_9959.pdf> . Acesso em: 15 de set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6, ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INACIO, Inês de Brito Duarte Inácio. **A Atitude dos Professores em Relação às vantagens da Educação Inclusiva**. 2011. Disponível em: <<https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3012/relatorio.ines.inacio.pdf?sequence=1>> acesso em: 24 de mar,2020.

JANUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios

ao início do século XXI. Campinas: Autores associados, 2004.

KASSAR, M.C.M, REBELO, A.S. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. **Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial**. Espírito Santo, p. 1-17, 11 a 13- Abr. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Adriano/Downloads/Mo%CC%82nica-Kassar-E-Andressa-Rebello-SNPEE.pdf> Acesso em: 20 mar. 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. In:

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o privilégio de conviver com as Diferenças. **In: Nova Escola**, maio de 2005.

MATTOS, Edna Antônia de te al. Educação Inclusiva: reflexões sobre inclusão e inclusão total. In: **Revista Inclusão do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho**, n.5, p.49-61, Brasília

MAZZOTA, M.J.S. **Evolução da educação especial e as tendências da formação de professores de excepcionais no Estado de São Paulo**. 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 1989.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.208 p.

NASCIMENTO, L. B.P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014, 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro 2014

PEREIRA, J.A.P.; SARAIVA, J.M.S. **Trajetória histórico social da população deficiente da exclusão: Ser social**, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/14677/12981/. acesso em 18 de mar, 2021

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. Política Estadual da Especial na perspectiva da Inclusão. Curitiba, 2009. Disponível em: <https://www.nreseed.pr.gov.br/londrina/arquivos/File/1politicaseமானaped fev 2010>. Pdf. Acesso em: 12 jan. 2013.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araujo de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. In: **Interritórios Revista de Educação**, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v.3, n.5, 2017, 21- 33f. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/234432/27604>>. Acesso em: 27 de mar. 2021

SALDANHA, Marcela Roiz. **A escola como espaço inclusivo**. Monografia. Universidade do Rio de Janeiro UNI-RIO, Rio de Janeiro, 2003, 47f. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/MarcelaRoizSaldanaha.PDF>>. Acesso em: 15 de set. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: < https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319> Acesso em: 4 de abr. 2021.

